



Número: **1008199-63.2019.4.01.4300**

Classe: **HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Federal Cível da SJTO**

Última distribuição : **04/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Acessão, Desapropriação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO (REQUERENTE)	
MUNICIPIO DE PALMAS-TO (REQUERENTE)	
COMPANHIA IMOBILIARIA DO ESTADO DO TO - TERRAPALMAS (REQUERENTE)	
WILMA FERREIRA DE LIMA (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL (REQUERENTE)	
REINALDO PIRES QUERIDO (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
LEIZE CARMO ALMEIDA (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
WANILCE FERREIRA DE LIMA (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
EDER BARBOSA DE SOUSA (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
SINOMAR MESSIAS PIRES (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
LEBLON INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA (REQUERENTE)	EDER BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO)
FRANKLIN MAURICIO DE SOUZA (REQUERENTE)	LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA (ADVOGADO)
JOAO BATISTA DE SOUZA (REQUERENTE)	LEANDRO FINELLI HORTA VIANNA (ADVOGADO)
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS - DERTINS (REQUERENTE)	
ESTADO DO TOCANTINS (NÃO CONSTA)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
178150923	19/02/2020 18:12	<a href="#">Sentença Tipo A</a>	Sentença Tipo A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**  
**SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS**  
**SEGUNDA VARA FEDERAL**

---

AUTOS Nº: 1008199-63.2019.4.01.4300

CLASSE: HOMOLOGAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (12374)

REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, MUNICÍPIO DE PALMAS-TO, COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TO - TERRAPALMAS, INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS, WILMA FERREIRA DE LIMA, UNIÃO FEDERAL, REINALDO PIRES QUERIDO, LEIZE CARMO ALMEIDA, WANILCE FERREIRA DE LIMA, EDER BARBOSA DE SOUSA, SINOMAR MESSIAS PIRES, LEBLON INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, FRANKLIN MAURICIO DE SOUZA, JOAO BATISTA DE SOUZA

NÃO CONSTA: ESTADO DO TOCANTINS

CLASSIFICAÇÃO: SENTENÇA TIPO B

**SENTENÇA**

**I. RELATÓRIO**

1. A **UNIÃO, EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, MUNICÍPIO DE PALMAS/TO, COMPANHIA IMOBILIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS (TERRATINS), INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO TOCANTINS (ITERTINS), ESTADO DO TOCANTINS, WILMA FERREIRA DE LIMA, EDER BARBOSA DE SOUSA, REINALDO PIRES QUERIDO, LEIZE CARMO ALMEIDA, WANILCE FERREIRA DE LIMA, SINOMAR MESSIAS PIRES, LEBLON INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA e FRANKLIN MAURICIO DE SOUZA** requerem a **homologação de acordo extrajudicial** alegando, para tanto, o seguinte:

2. (a) formalizaram o **Termo de Acordo Extrajudicial** objetivando atender à decisão do Conselho Nacional de Justiça e o estabelecido em audiência realizada junto à 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Palmas/TO, nos autos da Ação Ordinária nº **0001894-90.2013.4.01.4300 (a qual já se encontra em grau de recurso — o que impossibilitou a realização do acordo nela)**, buscando encerrar as discussões relacionadas à situação dominial do Aeroporto de Palmas (aeródromo Brigadeiro Lysias Rodrigues) e aos legitimados identificados, cujo patrimônio acabou por ser afetado ao interesse público (Termo de Acordo com documentos anexo);

3. (b) o Estado do Tocantins, por força de um Contrato de Doação com encargo formalizado em 17 de agosto de 2005, transferiu ao Patrimônio da União uma área de **23.739.951,00m<sup>2</sup>** (*vinte e três milhões, setecentos e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e hum metros quadrados*), afetada ao interesse público, destinada exclusivamente à implantação e desenvolvimento do Aeroporto de Palmas, responsabilidade transferida à Infraero por meio de Termo de Transferência de Responsabilidades a quem cabe desde então, após os trâmites formais entre a Superintendência Regional do Patrimônio da União no Tocantins — SPU/T9 e o Comando da Aeronáutica — COMAER, a implantação, construção, desenvolvimento e gestão do referido aeroporto;

4. (c) no curso desse processo de transferência de responsabilidades, não foram constatadas quaisquer irregularidades que pudessem macular a validade da doação e a legalidade do processo administrativo;



5. (d) em 13 de março de 2012, a União e a Infraero foram surpreendidas com uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, após Inspeção Correcional e constatação de irregularidades no registro de diversos imóveis junto ao Ofício de Registro de Imóveis de Palmas determinou, dentre outras medidas, o cancelamento, em 5 de março de 2012, das matrículas nº 30.968 e 30.969, que retratavam todo o perímetro do sítio aeroportuário, além do restabelecimento das matrículas dos terceiros prejudicados, incluindo eventuais sobreposições;

6. (e) a partir do restabelecimento dos registros anteriores e o reconhecimento do direito à propriedade, os legitimados passaram a pleitear judicialmente, a posse desses imóveis trazendo insegurança nas operações e desenvolvimento do aeroporto;

7. (f) atendendo determinação da então Juíza Federal Denise Dias Dutra Drumond, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Tocantins, na Ação Ordinária nº **0001894-90.2013.4.01.4300 (que conforme dito, já se encontra em grau de recurso)**, a Infraero iniciou os estudos com suas áreas técnicas, elaborando uma proposta de acordo que pudesse atender equilibradamente aos interesses público e privado, sem afetar os planos de expansão e desenvolvimento do Aeroporto de Palmas (Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues);

8. (g) após ampla discussão, as partes alcançaram entendimento, resultando na formalização do Acordo Extrajudicial em anexo, que pretendem seja homologado, o qual fora autorizado em última instância pela Procuradoria-Geral da União (Despacho nº 07571/2019/PGU/AGU, de 5 de junho de 2019); pelo Ministério de Estado da Infraestrutura (Despacho nº 38, de 6 de agosto de 2019); e pelo Ministério de Estado da Economia (Despacho Ministerial, de 17 de setembro de 2019).

9. Com base nesses fatos, formularas os seguintes pedidos:

10. (a) homologação do acordo extrajudicial, nos seus exatos termos, transformando-o em título executivo judicial;

11. (b) isenção do recolhimento de eventuais custas e despesas processuais, arcando cada qual com os honorários advocatícios dos seus respectivos patronos;

12. (c) expedição de ofícios aos órgãos jurisdicionais em que tramitam as seguintes ações, a fim de cientificar da homologação do acordo, para que possam declarar a extinção dos feitos, com a consequente perda dos objetos:

- **Processo nº 0000885-40.2006.4.01.4300** – Ação Ordinária (Infraero X Sul-Americana Imóveis Construtora e Mineração Ltda) – 2ª Vara Federal do Tocantins (em grau de recurso no TRF 1ª Região – 5ª Turma);

- **Processo nº 0001894-90.2013.4.01.4300** – Ação Anulatória (Infraero e União X Município de Palmas, Reinaldo Pires Querido, Leize do Carmo Almeida Querido e Estado do Tocantins) – 1ª Vara Federal de Palmas;

- **Processo nº 0007513-98.2013.4.01.4300** – Indenização por Danos



Materiais e Morais (Infraero x Eder Barbosa de Souza) – 2ª Vara Federal do Tocantins

- **Processo nº 0002950-05.2012.4.01.4300** – Ação Reivindicatória (Reinaldo Pires Querido e Leize do Carmo Almeida Querido X Infraero) 2ª Vara Federal (em grau de recurso no TRF 1ª Região);

- **Processo nº 0006045-31.2015.4.01.4300** – Desapropriação por Utilidade Pública (Estado do Tocantins e União X Franklin Mauricio de Souza, Reinaldo Pires Querido, Leize do Carmo Almeida Querido, Wilma Ferreira de Lima Pires e Walnice Ferreira de Lima) – 1ª Vara Federal do Tocantins.

13. (d) expedição de **Ofícios ao Registro de Imóveis de Palmas/TO** para que proceda às seguintes anotações:

(i) à margem da Matrícula original nº **20.162** e seus desmembramentos representados pelas matrículas nºs **84.358 e 84.359**, titularizadas em nome de **WILMA FERREIRA DE LIMA e SINOMAR MESSIAS PIRES**, anotação da formalização e homologação do Acordo para composição amigável, com o restabelecimento também do direito de posse sobre a parte do imóvel que integra o sítio do Aeroporto de Palmas, compreendido pela matrícula nº 30.969, cancelada por determinação do Conselho Nacional de Justiça, conforme subitem 1 do item XII deste acordo;

(ii) à margem da Matrícula Original nº **20.295** e seus respectivos desmembramentos, titularizada em nome de **WANILCE FERREIRA DE LIMA**, anotação da formalização e homologação do acordo para composição amigável, com o restabelecimento também do direito de posse sobre a parte do imóvel que integra o sítio do Aeroporto de Palmas Brigadeiro Lysias Rodrigues, que estava compreendido pela matrícula nº 30.969, cancelada por determinação do Conselho Nacional de Justiça, conforme subitem 2 do item XII deste acordo;

(iii) à margem das matrículas desmembradas nº **116.346, 116.347, 116.348, 116.349, 116.350, 116.351, 116.352, 116.353, 116.354, 116.355, 116.356, 116.357, 116.358, 116.359 e 116.361**, oriundas da antiga Matrícula **17.480**, titularizadas em nome de **REINALDO PIRES QUERIDO e LEIZE DO CARMO ALMEIDA QUERIDO**, anotação da formalização e homologação do acordo para composição amigável, com o restabelecimento também do direito de posse sobre a parte do imóvel que integra o sítio do Aeroporto de Palmas Brigadeiro Lysias Rodrigues, que estava compreendido em pequena parte da matrícula nº 30.968 e pela matrícula nº 30.969, canceladas por determinação do Conselho Nacional de Justiça, conforme subitem 3 do item XII deste acordo; Ainda em relação aos proprietários **REINALDO PIRES QUERIDO e LEIZE DO CARMO ALMEIDA QUERIDO**, já qualificados no item iii acima, requerem **seja oficiado ao Cartório de Registro de Imóveis de Palmas/TO** para que o referido CRI:



(iii.1) proceda com o destaque de **2** (duas) áreas, respectivamente, de **684.827,16m<sup>2</sup>** (*seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e sete metros quadrados e dezesseis decímetros quadrados*) e, **64.857,97m<sup>2</sup>** (*sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete metros quadrados e noventa e sete decímetros quadrados*), parte das Glebas **05** e **08**, consignadas pelas matrículas nos **116.348** e **116.351**, desmembrada da matrícula original nº 17.748, compreendendo parte da área remanescente da Fazenda Janaína, do Loteamento Taquari ou Tatá, totalizando a área de **749.685,13m<sup>2</sup>** (*setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco metros quadrados e treze decímetros quadrados*) em favor do **ESTADO DO TOCANTINS**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob nº 25.043.514/0001-55, cujo domínio é transmitido a este, sem a imposição de qualquer custo financeiro em favor deste último em decorrência da Permuta que se operará com igual área destacada da **Gleba Rural 05**, do Loteamento Canela, Taquaruçu, Taquari ou Tatá, registrada na matrícula nº **130.851**, de sua propriedade, conforme coordenadas georreferenciadas descritas nos subitens 5.1 e 5.2 do item XII deste acórdão, Plantas e Memoriais Descritivos georreferenciados anexos;

(iii.2) proceda à margem da matrícula nº **130.851**, de propriedade do **ESTADO DO TOCANTINS**, o destaque de idêntica área de **749.685,13m<sup>2</sup>** (*setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco metros quadrados e treze decímetros quadrados*) em favor de **REINALDO PIRES QUERIDO e LEIZE DO CARMO ALMEIDA QUERIDO**, cujo domínio é transmitido a estes em decorrência da Permuta que se operará com área igual do desmembramento das Glebas 05 e 08 desmembrada da área remanescente da Fazenda Janaína, do Loteamento Taquari ou Tatá, registradas em parte das matrículas n's 116.348 e 116.351, desmembradas da matrícula original nº 17.748, de sua propriedade, conforme coordenadas georreferenciadas descritas nos subitens 5.1, 5.2 e 5.3 do item XII deste acordo, Plantas e Memoriais Descritivos georreferenciados anexos;

(iii.3) proceda à margem da matrícula nº **116.350 (Gleba 07)**, desmembrada da matrícula original nº **17.748**, anotação quanto ao ponto de partida da Estrada Vicinal que será implantada para garantir o novo acesso dos proprietários dos imóveis situados nos Loteamentos Chácara Aeroporto e Setor Aeroporto Unificação, cujo início se dará à margem da Avenida Teotônio Segurado no vértice M-21, de coordenadas N8.859.877,394m e E792.953,570m, cuja execução estará sob a responsabilidade da empresa **LEBLON INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS**, neste ato representada pelo Sócio Administrador **PABLO CASTELANO TEIXEIRA**, conforme disposto nos subitens 6, 6.1 e 6.2 do item XII deste acordo;

(iv) à margem da Matrícula nº **116.360**, titularizada em nome de **EDER BARBOSA DE SOUSA**, anotação da formalização e homologação do



acordo para composição amigável, com o restabelecimento também do direito de posse sobre a parte do imóvel que integra o sítio do Aeroporto de Palmas Brigadeiro Lysias Rodrigues, compreendida pela matrícula nº 30.969, cancelada por determinação do Conselho Nacional de Justiça, conforme subitem 3 do item XII deste acordo;

(v) proceda à averbação na margem da matrícula nº **21.329**, de propriedade de **FRANKLIN MAURÍCIO DE SOUZA**, a doação em favor do **ESTADO DO TOCANTINS** de parte menor destacada de sua propriedade consistente em uma área destinada à construção de um trecho da Estrada Vicinal para acesso aos atuais e futuros proprietários do Loteamento Chácara Aeroporto e Setor Aeroporto Unificação, com **0,2135ha** (*vinete e um ares e trinta e cinco centiares*) ou **2.135,00m<sup>2</sup>** (*dois mil cento e trinta e cinco metros quadrados*) e 1 (uma) área de **0,9804ha** (*noventa e oito ares e quatro centiares*) ou **9.804,00m<sup>2</sup>** (*nove mil oitocentos e quatro metros quadrados*) e perímetro de **541,82m** (*quinhentos e quarenta e um vírgula oitenta e dois metros*) para compor as áreas necessárias à ampliação e desenvolvimento do Aeroporto de Palmas — Brigadeiro Lysias Rodrigues, notadamente a construção da segunda Pista para atender exigências da legislação da Aviação Civil, delimitadas conforme coordenadas georreferenciadas descritas nos subitens 7 a 7.2.3 do item XII deste acordo, plantas e memoriais descritivos anexos.

14. Os interessados corrigiram o valor atribuído à causa e recolheram custas (id nº 139052879 a 139200867).

15. Considerando que o acordo envolve patrimônio público e também registros públicos, foi determinada a oitiva do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, que deixou transcorrer o prazo sem manifestação, conforme certidão (Id nº 178150916).

16. Os autos foram conclusos para sentença homologatória em **18/02/2019**.

17. É o relatório.

## II. FUNDAMENTAÇÃO

### RECEBIMENTO DA INICIAL

18. A petição inicial, com a emenda (Id nº 139052879), preenche os requisitos legais, merecendo ter curso pelo procedimento de jurisdição voluntária (art. 725, VIII, do CPC).

### HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO

19. Após ampla discussão na via administrativa sobre a situação patrimonial da área que abriga o Aeroporto de Palmas Brigadeiro Lysias Rodrigues, os interessados apresentaram o presente **acordo extrajudicial para ser homologado** por este Juízo Federal (**Id nº 134857391**).



20. Observa-se que o mencionado acordo fora autorizado em última instância pela Procuradoria-Geral da União (Despacho nº 07571/2019/PGU/AGU, de 5 de junho de 2019); pelo Ministério de Estado da Infraestrutura (Despacho nº 38, de 6 de agosto de 2019); e pelo Ministério de Estado da Economia (Despacho Ministerial, de 17 de setembro de 2019).

21. Trata-se de direito patrimonial que envolve patrimônio público, onde foi ouvido o Ministério Público Federal, **que não se opôs à celebração do acordo**.

22. O acordo constitui objetivo norteador do NOVO PROCESSO CIVIL, que estabelece no art. 275, inciso VIII, do CPC/2015:

*Art. 725. Processar-se-á na forma estabelecida nesta Seção o pedido de:*

*(...)*

***VIII - homologação de autocomposição extrajudicial, de qualquer natureza ou valor***".

23. No caso, a manifestação dos entes estaduais quanto à doação da área às entidades federais já foi feita pelas autoridades competentes, sendo que o presente acordo apenas ratifica essa deliberação.

24. Ademais, observa-se que com a anulação dos títulos, o bem imóvel atualmente ocupado pela Infraero e que abriga o aeroporto de Palmas voltou ao domínio particular. O acordo em homologação resolve essa pendência, regularizando o domínio das entidades federais sobre a área do aeródromo.

25. Não homologar o acordo obrigaria a penosa e longa ação de desapropriação indireta que levaria décadas e implicaria ao fim gastos públicos em cifras milionárias para indenizar os proprietários pelo apossamento administrativo da área atualmente ocupada pelo Aeroporto de Palmas.

26. Para os particulares, consolida-se a situação dominial e possessória e evita uma infinidade de demandas judiciais com as entidades públicas.

27. Vale ressaltar, ainda, que o acordo não gera efeitos dominiais ou possessórios em relação a terceiros que não figuram no acordo homologado. Assim, eventuais pretensões dominiais ou possessórias envolvendo terceiros **devem ser solucionadas no caso concreto, por meio das ações adequadas e perante os juízos competentes**.

28. Por fim, considerando a **concordância de todos os envolvidos e a ausência de oposição do Ministério Público Federal**, a providência que se impõe é a **homologação do acordo extrajudicial** entabulado pelos interessados (Id nº 134857391), para que produza os seus efeitos legais, nos termos do art. 725, VIII, do CPC.



## ÔNUS SUCUMBENCIAIS

29. Ônus sucumbenciais transacionados entre as partes.

### III. DISPOSITIVO

30. Ante o exposto, **resolvo o mérito** (CPC, art. 487, III, alínea “b”) das questões submetidas da seguinte forma:

31. **(a) homologo o acordo extrajudicial** firmado entre as partes (Id nº 134857391);

32. **(b) determino** a expedição de ofícios aos órgãos jurisdicionais em que tramitam as ações noticiadas no item 12 (c), com exceção da ação que está tramitando nesta 2ª Vara Federal, que deverá ser apenas certificado e trasladada cópia desta sentença para os referidos autos (**Processo nº 0007513-98.2013.4.01.4300**);

33. **(c) determino** a expedição de ofícios ao Registro de Imóveis de Palmas, conforme minuciosamente detalhado no item 13 (d) e subitens desta sentença.

### PROVIDÊNCIAS DE IMPULSO PROCESSUAL

34. A publicação e o registro são automáticos no processo virtual.

35. A Secretaria da Vara Federal deverá adotar as seguintes providências:

36. (a) intimar os demandantes;

37. (b) dar vista ao Ministério Público Federal;

38. (c) aguardar o prazo para recurso.

39. Palmas, 19 de fevereiro de 2020 .

**Juiz Federal Adelmar Aires Pimenta da Silva**

**TITULAR DA SEGUNDA VARA FEDERAL**

